



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes



RELATÓRIO DE REUNIÃO

Data: 03.06.2013

Proc. n.º: 129 – SI 085/13

Horário início: 9h

Término: 10h

Assunto: tratar dos desdobramentos a partir da Audiência Pública protagonizada pelo Conselho Municipal Antidrogas–COMAD

Requerente: Ver. Marcos Gehlen.

Convidados:

Presentes: Lista de Presenças anexa ao referido processo

Principais pontos Destacados: O Vereador Marcos Gehlen ressaltou que o debate em torno de políticas de combate às drogas tem sido pauta constante de seu mandato. Disse que, com a condução de Daniel Colli à presidência, esse debate ganhou muita força. Falou que a Casa protagonizou uma Audiência Pública sobre o tema, em que diversos setores da sociedade participaram, referendando o Programa Municipal Antidrogas–PROMAD, em que a Câmara de Vereadores disponibilizou um recurso a maior para o Fundo Municipal Antidrogas. No entanto, não se viu a efetivação desse programa, inclusive a questão do fundo não aconteceu. O Presidente do COMAD Daniel Colli disse que o COMAD, desde dois mil e oito, está tentando se reativar e que ele foi reativado em dois mil e onze, com sua condução à presidência constituindo-se na primeira eleição do Conselho. Falou que uma das atribuições do COMAD é a de instituir e desenvolver o PROMAD, ressaltando que a única coisa que está fazendo, que suas ações visam exclusivamente o cumprimento da Lei n.º 5.515/2011, aprovada nesta Casa. Destacou que o COMAD busca cumprir o dispositivo legal que institui a Política Municipal Antidrogas, além do dever social de tratar do problema, na medida em que se trata do cuidado com a vida das pessoas, salientando que se trata de questão que é urgente, que não pode esperar, pois se trata de salvar vidas, em vista de que, uma vez que a pessoa está sob os efeitos da droga, ela pode tirar a vida de alguém, além do sofrimento que isso causa para família que tem um jovem usuário de drogas, que chegam ao caso extremo de vender a porta de suas próprias casas. Ressaltou que o Conselho é um órgão auxiliar da Administração, cujo trabalho é gratuito, feito estritamente por voluntários. O Secretário João Antônio Moreira ressaltou a importância de que também se fizessem presentes na reunião o Prefeito, o Procurador Geral do Município, representantes da Secretaria Municipal da Saúde–SMS e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura–SMEC, pois a SMHAD é uma ponta desse grupo necessário para implantar esse programa. Disse que a SMHAD trabalha atualmente com a prevenção, no Centro de Referência de Assistência Social–CRAS, salientando que é muito limitada a demanda que se tem hoje na cidade, pois as pessoas vão lá somente se querem, não sendo obrigadas a participar de nenhuma das atividades propostas. Disse que geralmente são os menores de idade que estão envolvidos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes



com drogas, e que frequentam os programas municipais menos do que as mães. No Centro de Recuperação para Drogas e Álcool-CREA, destacou que o Município já trabalha com crianças e adolescentes que estão envolvidos e que são encaminhados pelo Promotor da cidade. Disse que tem duas psicólogas trabalhando essas questões com esses jovens e que estão indo muito bem nesse quesito. Afirmou que o trabalho preventivo com relação às drogas começa nas escolas. Reconheceu que o COMAD é um grupo que representa um grande número de segmentos da sociedade e que precisa ser ouvido. Observou que não pode resolver nenhuma questão sozinho e apontou a necessidade de se marcar uma nova reunião com a presença dos segmentos da Administração citados acima. O Vereador Renato observou que houve um retrocesso na medida em que a Administração não se expressa sobre o que pensa com relação ao PROMAD. Falou do pioneirismo do movimento “Montenegro contra o Crack”, que serviu de modelo para programas do governo federal, e do trabalho conjunto com diversas secretarias municipais do governo passado. Disse que o educador é fundamental nesse processo de combate às drogas. Falou do pedido de informação n.º 044/13, questionando quando o projeto do PROMAD seria encaminhado a esta Casa, na medida em que em dois mil e doze ocorreu Audiência Pública que discutiu a formatação desse programa, cujo projeto de lei para instituir o mesmo tinha sido elaborado pelo Executivo Municipal na gestão passada. Em resposta, o Prefeito informou que o COMAD solicitou elaboração de projeto de lei, no dia doze de dezembro, sendo que a atual Administração está realizando amplo debate sobre as questões que envolvem o combate às drogas de modo a formalizar o projeto. Assim, perguntou ao Secretário se esse projeto passou pela sua Secretaria e se ele é o mesmo que deu entrada no ano passado. O Secretário respondeu que o processo passou por sua Secretaria. O Vereador Renato enfatizou que a falta de regulamentação legal está impedindo a efetivação do programa. Disse que o objetivo da reunião era o de provocar o Executivo para que encaminhasse o mais rápido possível o projeto de lei para que o programa fosse implementado, pois ele prevê formas de captação de recursos para serem aplicados em ações de prevenção, combate e tratamento aos dependentes químicos. Mencionou que o governo atual é como uma tartaruga, lerdo demais, e não apenas nesse setor. Cobrou do Secretário agilidade no encaminhamento à Câmara desse projeto, pedindo que ele intercedesse junto aos demais órgãos da Administração. Disse considerar omissos nessas questões os Secretários da Educação e da Saúde, e o próprio Prefeito, que não compareceram nem justificaram a ausência na reunião. O Secretário disse que encaminhará essas questões, que confessou ser uma preocupação da sua pasta. Ressaltou que não se está perdendo somente dinheiro, mas também tempo no combate às drogas. Concordou que alguns setores da Prefeitura estão andando a passos muito lentos. Reiterou a necessidade de formação de uma equipe composta por representantes da



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes**



saúde, educação e assistência social que encabece essas ações. Comprometeu-se a descobrir por onde anda o processo e que o encaminhará imediatamente. O Vereador Gehlen sugeriu que essa discussão fosse encaminhada ao Ministério Público, provocando-o para que ocorresse um segundo momento dessa reunião, na própria sede no Ministério Público, e que fossem convidados estes atores (Secretários Municipais da Saúde, Educação, Prefeito, COMAD), propondo um prazo de quinze dias para isso ocorrer. Assim, o MP dá um prazo para o Município regulamentar o programa. Foi deliberado, no entanto, que se daria esse prazo de quinze dias para que o Executivo enviasse o projeto à Câmara. Assim, a Casa Legislativa poderia dar o devido encaminhamento ao mesmo. Contudo, caso em quinze dias o projeto não fosse encaminhado a esta Casa, a questão seria encaminhada ao MP para que este tome as devidas providências legais. *Nada mais havendo a tratar, às onze horas, foi encerrada a reunião.....*

Ver. Marcos Gehlen-PT

**Ver.^a Rosemari Almeida
Presidenta**